

## O Império e a criação de uma Ciência Social<sup>1</sup>

Raewyn Connell<sup>2</sup>

**Resumo:** Connell analisa como o cânone clássico da sociologia foi criado, principalmente nos Estados Unidos, como parte de um esforço de reconstrução depois do colapso do primeiro projeto de sociologia euro-americano. Também explora como a nova história fundadora substituiu a anterior e muitas descrições diferentes da construção da sociologia. Segundo a autora, todo este curso de eventos apenas pode ser entendido no cenário da história global, especialmente na história do imperialismo.

**Palavras-chave:** Sociologia; história global; imperialismo; invenção do cânone clássico.

### Empire and the creation of a social science

**Abstract:** *Connell analyses how the classical canon in sociology was created, mainly in the United States, as part of an effort at reconstruction after the collapse of the first European-American project of sociology; also how a new foundation story replaced earlier and very different accounts of the making of sociology. According to her, this whole course of events can only be understood in the framework of global history, especially the history of imperialism.*

1 A Contemporânea agradece a R. Connell e à Polity Press pela autorização para publicar em português este texto, o primeiro capítulo de *Southern Theory – The Global Dynamics of Knowledge in Social Science*. Cambridge: Polity Press, 2007. Tradução de Fernando de Figueiredo Balieiro.

2 Faculdade de Educação e Trabalho Social – Universidade de Sydney – Sydney – Austrália – raewyn-connell@sydney.edu.au

**Keywords:** *Sociology; global history; imperialism; invention of sociological canon.*

Se o homem selvagem surgiu de um estado animal (Homo descendeu dos Pitecantropos), o homem bárbaro surgiu do homem selvagem, o homem parcialmente civilizado surgiu do homem bárbaro, o homem civilizado surgiu do homem parcialmente civilizado, o homem esclarecido surgiu do primeiro homem civilizado, então tem sempre havido progresso a longo prazo, apesar das formas de degeneração e todos os ritmos nos quais essas séries de fenômenos têm se sujeitado.

Lester F. Ward (1903)

Um fato igualmente familiar é que as mulheres, ocupando uma posição servil, fazem todo o trabalho não qualificado e suportam a opressão; com o que se pode acrescentar o fato que frequentemente, durante a guerra, elas carregam o abastecimento, como na Ásia entre os povos bhils e khonds, na Polinésia entre os povos da Nova Caledônia e das Ilhas Sandwich, na América entre o comanches, mundurucus, patagônios...

Herbert Spencer (1879)

## Histórias de Origem

Abra qualquer compêndio introdutório de sociologia e provavelmente você vai achar, nas primeiras páginas, uma discussão sobre os pais fundadores focada em Marx, Durkheim e Weber. O primeiro capítulo também pode citar Comte, Spencer, Tönnies e Simmel, e talvez alguns poucos outros. Na visão normalmente apresentada a estudantes, esses homens criaram a sociologia em resposta a mudanças dramáticas na sociedade europeia: a Revolução Industrial, conflito de classe, secularização, a alienação e o Estado Moderno. Esse programa de estudos é apoiado em histórias tais como *A Short History of Sociological Thought* de Alan Swingerwood (2000). Este reconhecido texto britânico apresenta uma narrativa de duas partes: “Fundações: Sociologia Clássica” (centrando em Durkheim, Weber e Marx) e “Sociologia Moderna”, amarrados pela crença de que “Marx, Weber e Durkheim permaneceram no núcleo da sociologia moderna” (2000: x). Os sociólogos levam em conta suas origens seriamente. Há vinte anos, uma publicação muito conceituada, *Teoria Social Hoje*, começou com uma vibrante declaração da “centralidade dos clássicos” (Alexander, 1987). No novo século, comentários sobre os textos clássicos se mantêm como um gênero significativo nos escritos teóricos (Baehr, 2002).

A ideia da teoria clássica inclui um cânone, no sentido da teoria literária: um conjunto privilegiado de textos, cuja interpretação e reinterpretação definem um campo (Seidman, 1994). Esse cânone particular embute uma doutrina internalista da história da sociologia como uma ciência social. A história consiste de um momento fundacional decorrente de uma transformação interna da sociedade europeia; textos clássicos disciplinares definidores escritos por um pequeno grupo de autores brilhantes e uma linha direta que descende deles para nós.

Mas sociólogos do período clássico em si não tinham essa história de origem. Quando Franklin Giddings (1896), o primeiro professor de sociologia da Universidade de Columbia, publicou *The Principles of Sociology*, ele indicou como pai fundador Adam Smith. Victor Brandford (1904), expondo “os fundadores da sociologia” para uma reunião em Londres, citou como figura central Condorcet.

Na virada do século, a sociologia não tinha uma lista de textos clássicos no sentido moderno. Escritores que expunham a nova ciência podiam comumente se referir a Comte como o inventor do termo, a Darwin como uma figura chave na teoria da evolução, e então a qualquer um de uma ampla extensão de nomes na paisagem de uma especulação evolutiva. Assim como testemunha a narrativa da disciplina na segunda edição do *Dynamic Sociology* (1897) de Lester Ward, posteriormente o presidente fundador da Sociedade Americana de Sociologia. No momento da primeira edição de 1883, Ward observou que o termo “sociologia” não estava em uso popular. Entretanto, na década seguinte, uma série de brilhantes contribuições científicas tinha estabelecido a sociologia como um conceito popular. Havia então revistas científicas, cursos universitários, sociedades; e a sociologia “lançou-se claramente como a principal ciência do século XX, assim como a biologia no século XIX”. Ward listou 37 notáveis contribuidores para a nova ciência. A lista incluía Durkheim e Tönnies, mas não Marx ou Weber.

A lista de notáveis se tornou uma característica comum em compêndios de sociologia que se multiplicaram nos Estados Unidos desde a década de 1890, *Principles* de Giddings sendo um dos primeiros (Ward incluiu Giddings em sua lista, e Giddings polidamente incluiu Ward na sua). A famosa “Bíblia Verde” da Escola de Chicago, a *Introduction to the Science of Sociology* de Park e Burgess (1924), listou 23 “trabalhos representativos em sociologia sistemática”. Simmel e Durkheim estavam entre eles, mas não Marx, Weber ou Pareto. Apenas um trabalho de Weber foi mencionado na milésima página do volume e depois apenas nas notas.

Tardiamente nos anos de 1920, não havia a percepção de que certos textos eram clássicos definidores da disciplina demandando estudo especial. Ao invés disto, havia uma percepção de um avanço amplo e quase impessoal do conhecimento científico, os notáveis sendo simplesmente membros líderes de uma multidão pioneira. Os sociólogos aceitaram a visão, articulada no começo da história da disciplina por Charles Letourneau (1881: vi), a quem foi assegurada a primeira cadeira de sociologia do mundo, na qual “o começo de qualquer ciência, mesmo simples, é sempre um trabalho coletivo. Ela requer o trabalho constante de muitos trabalhadores pacientes”.

Desta forma, nós temos fortes razões para duvidar do retrato convencional da criação da sociologia. Isso não apenas para questionar a influência de certos indivíduos. Nós precisamos examinar a história da sociologia como um produto coletivo – as preocupações compartilhadas, suposições e práticas que construíram a disciplina em vários períodos e o formato dado que a história pelas forças sociais transformadoras construiu a nova ciência.

## A Diferença Global e o Império

A sociologia como uma disciplina acadêmica e um discurso público foi construída durante as duas décadas finais do século dezenove e a primeira década do século vinte em grandes cidades e vilas universitárias da França, Estados Unidos, Inglaterra, Alemanha e, um pouco depois, da Rússia. A história de fundação internalista interpreta esses locais como o espaço de um processo de modernização, ou industrialização capitalista, com a sociologia vista como uma tentativa de interpretar o que estava emergindo aqui. “Ela era sobretudo uma ciência da nova sociedade industrial” (Bottomore, 1987: 7).

A principal dificuldade com esta visão é que ela não se enquadra com a evidência mais relevante – o que os sociólogos do período estão escrevendo. Os compêndios mais gerais de sociologia, até a Primeira Guerra Mundial, não se esmeravam na análise da modernização da sociedade na qual os autores viveram. *Readings in Descriptive and Historical Sociology* (1906) de Giddings, típico a este respeito, explorava da poliandria no Ceilão, via sobrevivência matrilinear entre os tártaros, aos campos de mineração da Califórnia. Era tão pouco focado na modernidade que foi tomado como uma leitura sobre “soberania”, uma apresentação medieval da lenda do Rei Arthur.

O que está nos compêndios universitários não necessariamente corresponde ao foco de pesquisa de sociologia, mas neles nós também temos evidências

abundantes. Entre 1898 e 1913, Émile Durkheim e seus aplicados colaboradores produziram doze edições dos *L'Année sociologique*, uma pesquisa internacional extraordinariamente detalhada em publicações anuais sobre ou relevante à sociologia. Nestas doze edições, aproximadamente 2.400 resenhas foram publicadas (contei apenas as resenhas de tamanho grande, independente de sua extensão, não as breves notas de tamanho pequeno nas primeiras edições, nem as listas de títulos não resenhadas). As resenhas concernentes à Europa ocidental/setentrional e à América do Norte moderna crescem com o tempo: elas correspondiam a 24 por cento de todas as resenhas nas seis primeiras edições, 28 por cento nas próximas seis edições e 32 por cento na encorpada edição do ano anterior à guerra.

A sociedade industrial moderna estava certamente incluída: o periódico publicou resenhas a respeito do trabalhador americano, a classe média europeia, a tecnologia nas indústrias alemãs, livros de Webbs e de Sombart, Booth sobre a pobreza de Londres, e mesmo um trabalho de Ramsay MacDonald, futuro primeiro ministro da Grã-Bretanha. Mas trabalhos focados nas sociedades recentes ou contemporâneas da Europa e América do Norte, compuseram apenas uma fração do conteúdo de *L'Année sociologique*: cerca de 28 por cento de todas as resenhas. Menos ainda eram os focados na “nova sociedade industrial”, visto que as resenhas sobre a Europa incluíam tratados sobre contos populares camponeses, bruxaria na Escócia, crime nas Astúrias e medições de crânios.

O dobro das resenhas diziam respeito a sociedades antigas e medievais, sociedades coloniais ou remotas, ou pesquisas globais da história humana. Estudos sobre a guerra sagrada na Antiga Israel, magia malasiana, Índia budista, pontos técnicos da lei romana, vingança medieval, parentesco aborígine na Austrália central e os sistemas legais das sociedades primitivas eram mais característicos da sociologia, como visto em *L'Année sociologique*, do que estudos sobre novas tecnologias ou burocracia.

O enorme espectro da história humana que os sociólogos tomaram como seu domínio era organizado por uma ideia central: a diferença entre a civilização da metrópole e outras culturas cuja característica principal era seu primitivismo. Chamarei essa ideia de diferença global. Apresentada em muitas formas diferentes, esse contraste atravessa a sociologia do final do século dezenove e do começo do século vinte.

A ideia da diferença global era frequentemente carregada por uma discussão das “origens”. Neste gênero de escrita, sociólogos poderiam postular um

estado original da sociedade e então especular sobre o processo de evolução que deve ter sido levado daquele tempo até hoje. A pilha de três volumes do *Principles of Sociology* de Herbert Spencer, primeiramente editado nos anos de 1870, contou esta história para todo tipo de instituição que Spencer pensava: instituições domésticas, instituições políticas, instituições eclesíásticas etc. Spencer as apresenta como se a prova da evolução social não estivesse completa sem uma narrativa evolutiva, das origens para a forma contemporânea, para cada e todo caso.

A fórmula do desenvolvimento da origem primitiva para uma forma avançada foi amplamente difundida no pensamento vitoriano (Burrow, 1966). Sociólogos simplesmente aplicaram uma lógica que seu público acharia familiar. A mesma arquitetura é encontrada em trabalhos bem conhecidos como *Da Divisão do Trabalho Social* (1893) de Durkheim e tão desconhecidos quanto *Introduction to Sociology* (1896) de Fairbanks.

Em nenhum desses trabalhos estava a ideia da origem tomada como uma questão histórica concreta. Isso pode ter sido assim porque o conhecimento histórico sobre as sociedades iniciais crescia dramaticamente naquelas décadas. Troia, Mecnas e Cnossos foram escavadas por Schliemann e Evans. Flinders Petrie sistematizou a arqueologia do Egito e a primeira evidência da cultura sumeriana foi descoberta em Lagash e Nippur (Stiebing, 1993). Mas os sociólogos não estavam interessados em onde e quando um evento originalmente particular ocorreu, nem estavam preocupados a respeito de quando as principais mudanças verdadeiramente aconteceram. O tempo funcionou no pensamento sociológico principalmente como um sinal da diferença global.

Durkheim não teve que encontrar um tempo preciso no passado para as “sociedades segmentárias”; elas existiam no seu próprio tempo. Durkheim usou o exemplo da Cabília na Argélia assim como dos hebreus antigos e não fez nenhuma distinção conceitual entre os dois. Ele sabia a respeito dos hebreus porque os textos antigos estavam em sua biblioteca. Como ele sabia sobre a Cabília? Porque a França conquistara a Argélia no começo do século, e no período em que Durkheim escreveu, os colonizadores franceses estavam expulsando a população local de suas melhores terras (Bennoune, 1988). Dada a história recente da conquista, a rebelião camponesa e o debate sobre a colonização, nenhum intelectual francês poderia deixar de saber algo a respeito da Cabília. De fato, a vida social dos colonizados do norte da África francês estava sendo documentada com grande detalhe por uma série de investigações privadas e oficiais (Burke, 1980).

A Argélia não era um caso isolado. Nos doze anos anteriores a *Da Divisão Social do Trabalho* ter sido publicado, as forças armadas da república francesa saíram da Argélia para conquistar a Tunísia, combateram na guerra da Indochina, conquistaram Annam e Tonquim (Vietnã moderno) e apoderaram-se do controle do Laos e Camboja, e tinham estabelecido um protetorado sobre Madagascar. Sob o Tratado de Berlim de 1885, os postos comerciais franceses na África central e ocidental se tornaram a base de um completo novo império. Enquanto Durkheim escrevia e publicava *Da Divisão do Trabalho Social e As Regras do Método Sociológico* (1985), as forças armadas coloniais francesas estavam engajadas em séries espetaculares de campanhas contra os regimes muçulmanos no interior norte e oeste da África que produziram várias conquistas do Atlântico até quase o Nilo.

Tudo isso foi parte de um processo ainda maior. O Império Britânico, também um império do além-mar com uma história pré-industrial, ganhou similarmente um novo dinamismo e cresceu para um vasto tamanho no fim do século dezenove (Cain e Hopkins, 1993). As treze colônias dos Estados Unidos se tornaram um dos poderes imperiais mais dinâmicos do século dezenove, com cerca de 80 anos de conquista territorial e colonização (a “expansão para o oeste”), seguida por um curto período de conquistas estrangeiras. As conquistas territoriais czaristas, começadas nos primeiros séculos, foram estendidas para as regiões do noroeste da Ásia e Ásia Central. Na parte final do século dezenove, elas estavam consolidadas pela colonização russa. A expansão da Prússia como um poder imperial começou com a conquista dentro da Europa – no processo, estabelecendo uma relação entre raças dominantes e dominadas no leste, a qual se tornou tema da primeira pesquisa sociológica do jovem Max Weber (1894). As colônias estrangeiras alemãs na África e no pacífico seguiram a formação do Reich em 1871. Neste período, o sistema de impérios rivais alcançou sua crise na Grande Guerra de 1914-18, a expansão do poder ocidental para uma escala global tinha alcançado seu clímax.

Levando isso em conta, o processo de criação da sociologia nos leva para uma nova significância. Os lugares onde a disciplina foi criada foram os centros urbanos e culturais dos principais poderes imperiais na grande onda do imperialismo moderno. Eles eram a “metrópole”, no termo corrente francês, para o abrangente mundo colonial. Os intelectuais que criaram a sociologia eram muito conscientes disto.

Desde a destacada pesquisa *The Lords of Human Kind* de Kiernan (1969), historiadores começaram a compreender o imenso impacto que a expansão global do poder do Atlântico Norte teve sobre a cultura popular (MacDonald, 1994)

e vida intelectual (Said, 1993) na metrópole, tão bem como nas colônias. Seria surpreendente se a nova ciência da sociedade tivesse escapado do impacto da maior mudança social do mundo do período. Na verdade, a relação era íntima. A sociologia era formada dentro da cultura do imperialismo e incorporou uma resposta intelectual ao mundo colonizado. Este fato é crucial para entender o conteúdo e o método da sociologia, assim como a ampla significância cultural da disciplina.

## O conteúdo e o método da sociologia

Como ressaltado pelo ilustrado Arthur Todd (o primeiro, e talvez ainda continue o único, professor de sociologia a introduzir pinturas de flores de cerejeira dentro da discussão da teoria social): “De Comte em diante, os sociólogos em geral têm acreditado fortemente que a única justificação para uma ciência da sociedade seja suas contribuições para uma aproveitável teoria do progresso” (Todd, 1918: vii). John Stuart Mill, a mente mais perspicaz entre aqueles cuja ideia de ciência social foi emoldurada por Comte, tinha se precavido contra equacionar mudança social e melhoramento (Mill, 1843: 596). Poucos sociólogos prestaram atenção. O primeiro empreendimento de Spencer relativo à teoria social, em *Social Statics* (1850), fez dos melhoramentos morais a pedra de toque de análises do “estado social”. Descobrir e expor leis do progresso eram o núcleo do que a sociologia pretendia para as próximas duas gerações.

Nos escritos de Auguste Comte, a principal ideia tinha a ver com a sequência antigo-medieval-moderno na Europa. Os críticos do final do século dezanove rejeitaram a arbitrariedade do sistema de Comte e demandaram uma base empírica para o conceito de progresso.

Este era um terreno comum entre Spencer e Letourneau e é um fato de maior significância que ambos os autores tenham se voltado ao dividendo etnográfico do império como sua principal fonte de dados sociológicos. *Principles of Sociology* de Spencer documentou suas histórias evolutivas a partir dos escritos de viajantes europeus, missionários, colonizadores e funcionários coloniais, bem como historiadores. Por exemplo, a lista de referências de Spencer para a sua seção sobre “Instituições Políticas” abrangeu desde periódicos dos exploradores da América do Norte, Lewis e Clarke, desde o *Journal of the Asiatic Society of Bengal* e o *Thirty-three years in Tasmania and Victoria* até o excitante estudo *A Phrenologist among the Todas. Sociology Based Upon Ethnography* (1881) de Letourneau, enquanto estabelecia os fatos fora de uma fina grade, era muito similar em suas fontes.

Na época em que a sociologia foi institucionalizada, na última década do século, a prova central do progresso – e, desta forma, o principal terreno intelectual no qual a nova ciência se sustentou – foi o contraste entre sociedades metropolitanas e colonizadas. Os sociólogos não debateram a importância deste contraste. Ao invés disto, eles debateram como ele poderia ser interpretado – se através de evolução física de tipos humanos inferiores a superiores, ou uma evolução dos padrões mentais e sociais; se a competição ou cooperação era o motor do progresso. Nesse contexto, *Da Divisão do Trabalho* de Durkheim não era um texto fundador. Ele era uma intervenção tardia em um debate de longa duração.

A preocupação com o progresso não era um “valor” separável da ciência; ele era constitutivo do conhecimento sociológico. Os argumentos de Ward, Hobbhouse, Durkheim, Spencer e Comte em si são absurdos se não se pressupõe a realidade do progresso. Era uma explicação do progresso que a sociologia espalhou além da metrópole. A sociologia de Spencer, por exemplo, estava sendo debatida na Índia bem antes da virada do século e sua tradução se tornou uma influência significativa sobre os intelectuais do Japão Meiji e o movimento republicano chinês (Tominaga, 1994; Grieder, 1981).

Os assuntos tratados pela nova disciplina são reveladores. Uma ciência social baseada em relações sociais do império certamente se relaciona com raça e uma ciência social preocupada com o progresso evolutivo e hierarquias de populações certamente se relaciona com gênero e sexualidade. E, na verdade, raça, gênero e sexualidade eram os assuntos principais no princípio da sociologia. Quando Du Bois propôs em 1901 que a linha de cor era “o problema do século vinte”, ele não estava dizendo nada incomum para o período (Du Bois, 1950: 281). A diferença global era persistentemente interpretada em termos de raça. A “etnografia” de Letourneau pretendia-se uma ciência de diferenças raciais, e sua obra *Sociology* abriu com uma enumeração das raças humanas, com preta, amarela e branca distinguidas pelo tamanho do crânio. Ward (1897) era confiante que o conflito racial global refletia a superioridade das raças europeias e que o progresso universal era dependente de seu triunfo universal.

Neste caso, a sociologia refletia de maneira mais direta as relações sociais do imperialismo. Isso não quer dizer que todos os sociólogos eram abertamente racistas, embora em alguns casos certamente fossem (veja Crozier, 1911, para um exemplo nefasto). Outros, dentre eles Du Bois e Durkheim, sofreram os efeitos do racismo. O ponto, mais do que essa hierarquia racial em uma escala global, era uma percepção construída dentro do conceito de “progresso” e era uma parte central do que a sociologia pensava ser.

Tampouco havia qualquer questão sobre a importância de gênero e sexualidade. Comte, em seu *Système de politique positive*, deu considerável proeminência ao papel social das mulheres, e seu famoso conflito com Mill incluiu amplas divergências a respeito da sujeição das mulheres. Quando Spencer veio a escrever a parte substantiva de *The Principles of Sociology*, o primeiríssimo conjunto de instituições a que ele chamou atenção foi o “doméstico”. Com isso ele queria dizer o que nós chamamos hoje de questões de gênero: parentesco, família e o *status* das mulheres. Letourneau abordou o casamento e a família antes e mais longamente do que a propriedade. Ele lidou com sexualidade (“a necessidade genética”) quase no começo de *Sociology*, com uma ausência impressionante de delicadeza vitoriana. Menstruação, infanticídio, prostituição, promiscuidade e sodomia estavam todos em sua pauta. Na geração seguinte, todos, Ward, Tönnies, Sumner e Thomas, continuaram com o foco em sexo e gênero.

Parte disto pode ser explicado em linhas internalistas através da influência do feminismo da primeira-onda (Paxton, 1991). Mas o modo como as temáticas de gênero e sexualidade adentravam na sociologia era muito mais afetada pela preocupação evolutiva e os problemas do império. No contexto imperial, as questões raciais e sexuais não estavam separadas. No final do século dezenove, a expansão dos poderes norte atlânticos foi acompanhada por um crescente medo da miscigenação, o endurecimento das linhas de cor, o desprezo crescente dos colonizadores em relação à sexualidade ou masculinidade dos colonizados (Sinha, 1995) e os medos de mistura racial. Ecos disto são apreendidos mesmo nos textos metropolitanos mais abstratos. Giddings (1986: xiii), expondo seu tema da “consciência da espécie”, observou que: “seres vivos não se acasalam comumente com outros que não de sua própria espécie”. Seu primeiro exemplo foi: “homens brancos usualmente não se casam com mulheres negras”.

A característica mais impressionante do método sociológico era sua abstração corajosa. Comte ofereceu “leis” culturais de vasto escopo, e o encontro inaugural da Sociedade Americana de Sociologia, 60 anos depois, ainda continuava celebrando extraordinariamente as “leis” da evolução social. Durkheim (1895) argumentou convincentemente que essa abordagem era a base de todo seu empreendimento: “A sociologia comparada não é um ramo particular da sociologia; é a própria sociologia...” (1895: 139). O método comparativo pretendia agrupar exemplos de “espécies” sociais particulares sob estudo e examinar suas variações.

Esse método apoiava-se em um modo abundante de informação, uma capacidade de examinar uma variedade de sociedades remotas e uma habilidade de se mover livremente de uma sociedade a outra – características todas que projetam a relação da dominação colonial. Letourneau (1881) expressou seu ponto de vista sociológico em uma imagem notável:

Vamos imaginar um observador colocado suspenso no ar acima do nosso equador terrestre, longe o suficiente do globo no qual vivemos para ver inteiramente todo um hemisfério em um relance, porém perto o suficiente para distinguir com apoio de lentes de aumento, se necessário for, os continentes e os mares, as grandes extensões de montanhas, os brancos e congelados topos das regiões polares etc. (1881: 15).

O olhar imperial é particularmente evidente em amplas pesquisas tais como *Descriptive Sociology* de Spencer e o projeto coletivo de *L'Année sociologique*. Talvez o mais espantoso exemplo seja a obra de Houbhouse, Wheeler e Ginsberg, *Material Culture and Social Institutions of Simpler Peoples* (1915), uma tentativa tardia para superar o uso não sistemático de dados em teorias da evolução social através de uma base estatística para a sociologia comparada. Houbhouse e seus colegas pesquisaram o mundo todo, coletando informações de mais de 500 sociedades. Eles classificaram as sociedades pelo grau de desenvolvimento econômico e tentaram estabelecer correlações de desenvolvimento com padrões institucionais de leis, governos, família, guerra e hierarquia social.

Essas pesquisas são virtualmente esquecidas hoje em dia, mas o olhar imperial pode ainda ser encontrado em textos familiares como *Folkways* (1934) de William Graham Sumner, originalmente publicado em 1906. O mundo todo e toda a história era campo de atenção. Poucos casos demandaram do autor mais do que duas frases. Para Sumner, a força do argumento não se sustenta na profundidade de seu entendimento etnográfico. Ele era provido pelo próprio conjunto, a visão sinóptica de assuntos humanos de uma grande altura.

O risco óbvio aqui é a incoerência. O problema poderia ser superado com uma variante do método comparativo cuja qualidade dramática produziu alguns dos melhores e mais lembrados textos “clássicos”. Eu chamo essa abordagem de grande etnografia, em contraste com o trabalho de campo de foco aproximado de Franz Boas, W. E. B. Du Bois, ou os especialistas franceses sobre Argélia e Marrocos. O estilo usual da grande etnografia foi construída em cima da ideia da diferença global, apresentando descrições holísticas das sociedades encontradas na origem e no final do progresso.

O famoso contraste de *Gemeinschaft* e *Gesellschaft* é a grande etnografia nesta acepção, identificando estados polares da sociedade. O *Da Divisão do Trabalho Social* de Durkheim foi a mais rigorosa grande etnografia, especificando as bases do contraste na divisão do trabalho. *L'Année sociologique* sustentou um interesse persistente nas tentativas de distinguir leis primitivas das modernas, nas teorias alemãs do *Naturvölker* e sua distinção do *Kulturvölker*, e na tentativa de formular a natureza da religião primitiva. A grande etnografia foi o clímax artístico da sociologia comteana, a forma literária tomada pela teoria do progresso como a retórica da luta pela existência não cumprida.

## A sociologia na cultura política do Império

A sociedade metropolitana do final do século dezenove e começo do século vinte teve vários grupos de intelectuais lidando com a análise da sociedade. A mobilização de trabalhadores da Europa e da América produziu um fermento intelectual, a mobilização das mulheres produziu outro. A afirmação de que Harriet Martineau foi a “primeira mulher socióloga” (Hoecker-Drysdale, 1992) é anacrônica, mas a história de Martineau – romancista, economista política, tradutora do Comte, escritora de viagens e reformadora – deve nos alertar para a complexidade do meio no qual a sociologia floresceu.

Além da metrópole, haviam muitos intelectuais nestas décadas que olhavam para a modernidade de pontos de vista das culturas não europeias e para europeus do ponto de vista dos colonizados. Mudanças na cultura e vida social eram questões centrais para escritores tão diversos quanto al-Afghani no Oriente Médio Islâmico, Chatterjee e Tagore em Bengala e Sun Yat-sem (1927) na China.

Desses grupos, emergiu uma variedade de discursos sobre a sociedade, da qual a sociologia era apenas uma. O anarquista Bakunin (1873), criticando Comte de um lado e Marx de outro, reconheceu surpreendentemente cedo que a “ciência da sociedade” poderia racionalizar interesses de um grupo social particular. Seguindo a indicação de Bakunin, nós devemos considerar a localização social na qual a sociologia se desenvolveu e as questões culturais para as quais havia uma resposta.

A sociologia se desenvolveu em uma localização social específica: entre homens da burguesia metropolitana liberal. Aqueles que desenvolveram a sociologia eram uma mistura de engenheiros e médicos, acadêmicos, jornalistas, clérigos e alguns poucos deles (como Weber depois de seu adocimento) poderiam viver do capital de sua família.

Isso não quer dizer que os sociólogos eram, falando genericamente, todos ricos ou apologistas dos ricos. Ross (1991) aponta a distância social entre os

criadores acadêmicos da sociologia americana e os empresários capitalistas da industrialização americana. Weber era um crítico feroz da classe dominante do Reich germânico e Durkheim não era amigo da aristocracia francesa. Não obstante, eles eram beneficiários de ambas as hierarquias de classe e de gênero. A maioria viveu modestas vidas burguesas, sustentadas pelo trabalho doméstico das mulheres em famílias patriarcais. Seus interesses sociais eram bem apreendidos pelo *slogan* comteano “Ordem e Progresso”.

Homens desse tipo começaram a discutir “A ciência social”, como Mill a chamou, dos anos de 1850 em diante, dentro de um movimento difuso para empregar o pensamento científico à sociedade e promover melhoramento moral. Uma bem sucedida Associação para a Promoção das Ciências Sociais foi estabelecida em Londres logo no início de 1857 (Yeo, 1966), e foi rapidamente copiada em Boston. O mesmo movimento produziu um currículo de “ciência social” fortemente moralizado em faculdades norte-americanas desde os anos de 1860 (Bernard, 1965). Tentativas individuais para sintetizar os fatos da vida primitiva e progresso social, como em *Primitive Culture* (1873) de Edward Tylor, contrapunham tentativas de estabelecer institutos para formular uma ciência do homem. Mais recentemente, na França, apareceu a primeira cadeira acadêmica nomeada de “sociologia” para a qual Letourneau foi indicado em 1885 (Clark, 1973).

Nos anos de 1890, o currículo de ciência social nos Estados Unidos, já rachando, começava a ser substituído por cursos científicos mais autoconscientes chamados de “sociologia”. Suas reivindicações de cientificidade eram estreitamente conectadas com a mudança para o método comparativo e o olhar imperial discutido acima. Por isso, o conteúdo mundialmente abrangente da primeira geração de compêndios de sociologia. Os chamados departamentos de sociologia eram estabelecidos, cursos de graduação se multiplicavam e um mercado de livros introdutórios se desenvolveu rapidamente (Morgan, 1983).

A Europa demorou um pouco mais a estabelecer departamentos de sociologia, mas foi mais rápida com associações e periódicos. Com a eclosão da Grande Guerra, sociedades de sociologia, revistas de sociologia e cursos universitários em sociologia eram instituições estabelecidas na maior parte dos países metropolitanos. Conexões internacionais eram construídas – por exemplo, através do *Institut International de Sociologie* de Worms, lançado em 1893, através de visitas em ambos os percursos do Atlântico Norte e através dos periódicos. Estes proveram uma base prática para a sociologia se desenvolver como um arranjo cultural internacional. Historiadores que

ênfatisam as distinções das tradições nacionais da sociologia (Cf. Levine, 1995) subestimam a extensão pela qual estudiosos do período se viam como parte de um meio acadêmico internacional e concebiam a sociologia como uma ciência universal.

Sobrepondo às iniciativas acadêmicas, existia um gênero popular de escrita sociológica. Um texto de Benjamin Kidd, *Social Evolution*, poderia ser considerado um *best-seller*. Dentro de quatro anos de sua publicação em 1894, esse livro passara por quatorze impressões na Inglaterra e tinha edições americanas, alemãs, suecas, francesas, russas e italianas.

O pensamento sociológico primeiramente circulou como parte da literatura elevada e informativa, consumida por um público leitor novo e letrado que lia romancistas como Dickens e Eliot, críticos culturais como Ruskin e Arnold e cientistas como Darwin e Huxley. A sociologia circulava através dos mesmos canais que esses escritores. Desta forma, *The Study of Sociology* (1873) de Spencer foi primeiramente publicado em fascículos de revistas: a *Contemporary Review* na Grã-Bretanha e a *Popular Science Monthly* nos Estados Unidos. Foi então editado em forma de livro em uma coleção de educação nova e popular chamada de “*International Scientific Series*”. Sua obra *Principles of Sociology*, uma parte integral de sua vasta pesquisa sobre o conhecimento humano que foi por ele chamada “*Synthetic Philosophy*”, foi primeiramente editada em fascículos para assinantes, o primeiro volume saiu em dez partes durante três anos, enquanto Spencer ainda a escrevia.

O relacionamento entre escritores e leitores era então muito mais íntimo do que se tornou posteriormente a escrita sociológica profissional. Lepenies (1988) sugeriu que a sociologia europeia fosse posicionada culturalmente “entre a literatura e a ciência”, mas isso exagera o contraste. A ciência também era carregada política e eticamente. Darwin, por exemplo, hesitou longamente para publicar seu trabalho sobre evolução porque ele sabia suas consequências religiosas e políticas (Desmond e Moore, 1992). Esperava-se que os sociólogos, como cientistas, proovessem ensinamentos morais e políticos. Seus ensinamentos tratavam especialmente o dilema que era inescapável aos homens da burguesia liberal: a tensão entre o privilégio material e o princípio reformador.

O liberalismo do século dezenove era em si um movimento complexo. Ele estava frequentemente em desacordo com movimentos radicais e democráticos. Mas nas lutas liberais contra o Antigo Regime, compromissos eram forçados com L. T. Hobhouse, recentemente apontado para a primeira cadeira de sociologia na Inglaterra, vibrantemente declarando em seu *Liberalism* (1911): liberdade civil e a regulamentação da lei, liberdade fiscal, liberdade pessoal,

liberdade social, liberdade econômica, liberdade doméstica, liberdade local, racial e nacional, liberdade internacional, liberdade política e soberania popular. Estas crenças se mantinham culturalmente poderosas para o público alvo da sociologia.

Esses compromissos foram desafiados pelas desigualdades de classe e gênero da metrópole (Therborn, 1976; Deegan, 1988), e mesmo mais severamente desafiados pelo Império. Como observou Ranajit Guha (1989:277), o projeto universalizante da cultura burguesa alcançou seu limite no colonialismo. Conceitos de liberdade, direitos e independência eram clara, repetida e brutalmente violados pelo que os Estados do Atlântico Norte estavam fazendo em todo o mundo para os colonizados.

A sociologia, a ciência do progresso que reivindicou o mundo como sua província e usou tão extensivamente os dados do império, estava posicionada diretamente nessa contradição. E ela ofereceu uma resolução. A sociologia deslocou o poder imperial sobre os colonizados dentro de um espaço abstrato da diferença. O método comparativo e a grande etnografia apagaram a verdadeira prática do colonialismo do mundo intelectual construído em proveito do Império.

A relação entre os poderes imperiais e os conquistados era mais diretamente explicitada pela ala darwiniana da sociologia comteana (Spencer, Sumner, Ward, Hobhouse, Kidd, e criaturas à margem como Crozier). Eles explicitaram isso construindo uma ficção da “evolução social” naturalizada pela diferença global. Não é nenhuma surpresa que Spencer tenha se tornado imensamente popular nos assentamentos das colônias, onde a ideia da superioridade evolutiva dos colonizadores substituiu a religião missionária como a principal justificação do império.

Isso se efetivava a despeito do fato de que Spencer se opunha pessoalmente à conquista imperial. Spencer denunciou fortemente “as crueldades diabólicas cometidas pelos invasores europeus” na América, nos mares do sul e em outros lugares. Como Gladstone – com quem ele discutiu a questão – Spencer viu a conquista forçada como um sinal de militarismo. Mas ele não tinha qualquer objeção à colonização pacífica e competição econômica. Nas mesmas passagens, está claro que ele considerava os colonizados como “raças inferiores”, propensos a se perderem na competição evolutiva (Spencer, 1873: 212; Duncan, 1908: 224). Mesmo Hobhouse (1911: 43), em pleno êxtase expondo os princípios do liberalismo, embaraçava-os no caso do Império se perguntando se as raças pretas eram capazes de autogoverno.

Em outros autores, não havia distância alguma entre naturalizar o progresso e justificar o Império. O clímax da obra *Social Evolution* de Kidd era a

justificação do domínio das regiões tropicais do mundo – agora abatidas sob má administração das “raça negras e mestiças” – pelos povos mais adiantados de extração europeia. A reconciliação de Kidd do domínio imperial, com sua crença na seleção natural que tendeu a uma direção mais religiosa e conduta ética, resume o trabalho ideológico feito pela sociologia.

A resolução que a sociologia ofereceu aos dilemas do liberalismo reivindicava o status de ciência. Mill e Comte insistiram programaticamente que a sociologia deveria promulgar “leis”. Essa tarefa foi aceita tanto por acadêmicos quanto por escritores populares da sociologia. A legitimidade para leis do progresso era fornecida pelo prestígio da geologia e biologia evolutiva. Consequentemente, os tratados em sociologia frequentemente expunham evolução orgânica e podiam mesmo começar com a evolução das estrelas e do sistema solar (Cf. Ward, 1897).

Essa concepção de leis do progresso habilitou a sociologia a combinar os problemas do império com os problemas da metrópole. A “ciência social” dos anos de 1860 e 1870 abrangeu as tensões sociais da metrópole como problemas éticos e práticos. Questões de pobreza, lutas de classe e aperfeiçoamento social – “a questão social” na terminologia de nossos dias – também trazida à pauta das sociedades de sociologia e para os periódicos dos anos 1890 e 1900. Em cidades como Londres, Chicago e Paris, havia um contato significativo e sobreposição entre sociólogos acadêmicos, prudentes socialistas, feministas, liberais progressistas, reformadores religiosos e éticos e trabalhadores sociais (Besnard, 1983; Deegan, 1988; Yeo, 1996).

O que a “ciência social” contribuiu para a “questão social” foi uma interpretação dos problemas metropolitanos sob a luz de uma teoria abrangente do progresso. Um exemplo característico era a discussão do socialismo encontrada em muitos tratados de sociologia. A abordagem universal dos sociólogos era avaliar os objetivos do movimento dos trabalhadores em termos de seu próprio modelo de progresso evolutivo – a conclusão era endosso de um suave socialismo ético (como por Hobhouse, Durkheim e Small) ou a rejeição robusta (como por Spencer e Sumner).

## A crise e o refazer da sociologia

Em *Pure Sociology: A Treatise on the Origin and Spontaneous Development of Society*, Ward (1903: 450-1) ofereceu como prova de progresso o fato que atrocidades eram escassamente possíveis na sociedade moderna. Apenas trinta anos depois, as forças armadas britânicas perderam 60.000 homens jovens mortos ou feridos em um simples dia na Batalha do Somme.

A Grande Guerra marcou uma crise do velho imperialismo e desencadeou mudanças maiores no poder global. Os impérios europeus começaram a rachar com a independência da Irlanda e o desmembramento do Império dos Habsburgos. Os sistemas francês, britânico e americano continuaram a expandir assumindo o controle dos territórios otomanos e alemães e aumentando sua penetração econômica na China e na América Latina. Os Estados Unidos emergiram como a liderança do poder industrial. Os anos de 1940 viram a segunda crise do imperialismo, com a ofensiva japonesa contra o poder ocidental na Ásia, a independência da Índia em relação à Inglaterra, da Indonésia em relação à Holanda e a guerra vietnamita de libertação contra a França. O poder soviético reconstituiu o antigo Império Czarista, mas sustentou o rompimento com os outros impérios e permaneceu como um desafio para o capitalismo global. Pelo meio do século, os Estados Unidos, armados nuclearmente, tinham se tornado o investidor internacional principal, o poder militar dominante, o centro de comunicações de massa e de uma emergente cultura comercial mundial.

Essas mudanças alteraram as condições de existência da sociologia, começando com a própria Grande Guerra. A guerra separou a comunidade intelectual dos sociólogos que havia se desenvolvido em torno do Atlântico Norte. Alguns, como Hobhouse, ficaram horrorizados pelo conflito, outros se tornaram beligerantes. Poucos em Chicago romperam relações com seus contatos alemães, opondo-se a Simmel em particular (Bannister, 1987). Weber entrou nas forças armadas como alguns jovens membros do grupo *Année sociologique*, e alguns deles foram mortos. A jovem Sociedade Sociológica Alemã liquidou-se com o desencadeamento da guerra e doou seu dinheiro para um fundo de propaganda de guerra alemã em países neutros (Liebersohn, 1988). Isso era exatamente o trabalho que Durkheim empreendeu do outro lado.

O impacto mais importante era no nível das ideias. A evolução social era geralmente entendida como o crescimento da razão e da conduta civilizada: “Objetivamente observado, o progresso é uma crescente relação, uma multiplicação de relacionamentos, um avanço no bem estar material, um crescimento populacional e uma evolução da conduta racional. Ele é uma mostra de uma grande metamorfose da evolução universal” (Giddings, 1896: 359). Tal visão estava sempre baseada na cegueira em relação à violência do colonialismo. Como a experiência da fronteira chegou em casa para a metrópole, a base da visão de mundo da sociologia metropolitana foi rompida. Não era mais possível tomar o progresso como realidade a ser estudada, o objeto do conhecimento. “O otimismo barato”, como Hobhouse (1915) percebeu durante a guerra, era então proibido pela história. A linguagem comteana estava muito arraigada para ser

imediatamente abandonada, mas em livros escritos depois da guerra, evocações de conclusões de “progresso” desapareceram em breve. Quando Vilfredo Pareto, em seu *Treatise of General Sociology* (1916) denunciou a “ética sentimental” como uma base da sociologia e demandou um realismo mais duro, ele estava se distanciando do que ele realmente viu como uma pseudociência de Comte e Spencer, e de seu próprio liberalismo inicial.

Se nós podemos observar o período em torno de 1920 como um momento histórico no qual o projeto de Comte, Spencer, Letourneau e seus sucessores irremediavelmente se despedaçou, podemos ver também que havia várias respostas possíveis. O projeto poderia simplesmente ter sido abandonado, como aconteceu para várias novas ciências do século dezenove – por exemplo, a frenologia. Alternativamente, a sociologia poderia ter se amalgamado dentro dos movimentos de crítica cultural. A possibilidade é sugerida por Oswald Spengler em *O Declínio do Ocidente* (1918-22), um livro que teve enorme influência nos anos de 1920. Spengler ofereceu uma crítica mordaz ao eurocentrismo dos intelectuais europeus e de suas visões da história humana. Ele viu a expansão europeia como “assassina” de outras culturas, tais como as culturas Asteca e Maia na América Central; e assim tratou o imperialismo contemporâneo não como o triunfo da razão, mas como um sinal do fim dos tempos. A quebra com a estrutura do progresso poderia dificilmente ser mais completa.

O projeto de uma sociologia crítica da cultura pareceu por um tempo florescer. Na Weimar alemã, Scheler e Mannheim convergiram em uma “sociologia do conhecimento”, o objeto de uma violenta controvérsia por um curto período. Mannheim (1935) no exílio, como os estudiosos da Escola de Frankfurt, começou a desenvolver uma síntese da psicanálise freudiana com sociologia estrutural para explicar a catástrofe do fascismo. Uma síntese da fenomenologia com a sociologia foi proposta por Schultz (1932) na Áustria; uma teoria social fundamentada na filosofia idealista foi proposta por Gentile na Itália (Bellamy, 1987).

Os movimentos revolucionários também deram origem a sociologias possíveis. Na Rússia, o líder bolchevique Bukharin (1925) produziu “um sistema de sociologia” tão ambicioso quanto nenhum outro no mundo capitalista do período. Muito melhor lembradas são as teorias sociais do revolucionário italiano Gramsci. Du Bois (1968), tendo deixado a sociologia acadêmica pelo ativismo em prol dos direitos civis, conectou questões raciais na metrópole com movimentos no mundo colonial e, crescentemente, com a estrutura do capitalismo global.

Nenhuma dessas iniciativas, entretanto, produziu uma substituição institucionalizada para a velha sociologia. A maioria dos europeus mencionados aqui

foram mortos ou levados para o exílio. A dominação colonial na África permaneceu inabalada e Du Bois, retornando à academia nos anos 1930, não encontrou público para suas visões internacionalistas.

Havia apenas um lugar onde a sociologia acadêmica floresceu entre 1920 e 1950: no novo poder mundial, os Estados Unidos. Mas aqui a disciplina foi transformada, em uma mudança tão fundamental que poderia ser considerada – usando a expressão de Althusser – como uma ruptura epistemológica (Althusser e Balibar, 1970).

O novo objeto do conhecimento era a sociedade e especialmente a diferença social e a desordem social, *dentro da metrópole*. Os criadores familiares desta mudança eram pesquisadores urbanos da proeminente Escola de Chicago e o crescimento das especializações dentro da sociologia – muitos deles definidos por um problema social ou um aparato administrativo da sociedade metropolitana.

Em termos de método, onde a velha sociologia tinha se focado na diferença entre a metrópole e o primitivo, a nova sociologia focou na diferença dentro da sociedade metropolitana. Isso pode ser visto claramente em técnicas estatísticas, das primeiras medidas de correlação, através do dimensionamento de atitude no período entre guerras, até a formalização da latente estrutura de análise de Lazarsfeld no meio do século (Easthope, 1974). Os anos 1920 e 1930 viram o florescimento da pesquisa empírica na vida social das pequenas e grandes cidades e subúrbios americanos. Havia grandes invenções em método, tais como a primeira fusão da psicanálise com o campo sociológico (Dollard, 1937). A Escola de Chicago não apenas fez etnografia urbana. Ela estabeleceu um sistema abrangente de vigilância para a segunda maior, e no período mais turbulenta, cidade americana (Smith e White, 1929).

O rápido desenvolvimento da sociologia nesta direção tornou-se possível pelo financiamento corporativo e governamental, iniciado antes da guerra, mas vigorosamente acelerado nos anos de 1920. Ross (1991: 402) oferece um total impressionante de \$41 milhões do dinheiro de Rockefeller indo para as ciências sociais americanas e trabalho social entre 1922 e 1929. Um ponto alto foi alcançado quando o governo nacional dos Estados Unidos estabeleceu um Comitê de Recentes Tendências Sociais, com Ogburn, um presidente da Sociedade Americana de Sociologia e sua liderança na defesa do empiricismo, como diretor de pesquisa.

À medida que a especialização de pesquisa cresceu, entretanto, o conceito da disciplina se estreitou. A North American University proveu uma definição organizacional que contradisse a visão comteana. A sociologia poderia sobreviver

aqui não apenas como uma metaciência, mas como um departamento entre uma série de departamentos de ciências sociais, distinguido da história, ciência política, economia e psicologia apenas por seu foco especial de interesse. A dificuldade para uma disciplina que reivindicava em seu princípio ser tão vasta era para definir aquele foco especial. “Relações sociais” (MacIver, 1937), “grupos”, formas de associação e relações humanas (Hiller, 1933), “o processo social” (Reuter e Hart, 1933) – nenhuma formulação era muito convincente e nenhuma se tornava geralmente aceita.

A história absorvente de Bannister (1987), do cientificismo sociológico nos Estados Unidos deste período, mostra que o triunfo empiricista falhou em produzir um programa intelectual para a sociologia. Pitirim Sorokin (1928: 757), um crítico ácido dos empiricistas, comentou no final de sua pesquisa *Contemporary Sociological Theories* que: “o campo todo relembra mais uma das florestas nacionais quase selvagens do que um jardim cuidadosamente planejado”. A nova sociologia começou sua vida quando a velha sociologia morreu, com um déficit severo de legitimidade.

## O novo conceito de sociologia e a nova história de origem

Neste vácuo conceitual, como Hinkle (1994: 339) habilmente descreveu a situação depois do colapso do evolucionismo, a formação do cânone clássico começou. Uma condição para este desenvolvimento foi uma mudança no público da sociologia. Não havia mais o antigo público leitor liberal vitoriano. Entretanto, o enorme bem-estar acumulado nos Estados Unidos tornou possível, pela primeira vez na história, um sistema de educação superior de massa. Aqui a sociologia se expandiu tremendamente nas três décadas posteriores à Segunda Guerra Mundial (Turner e Turner, 1990). Um público de massas de estudantes requeria um programa de treinamento de professores, o qual foi provido pela expansão de programas de doutorado em sociologia. Foi neste meio e neste momento que a pedagogia dos textos clássicos se desenvolveu.

O passo crucial foi tomado por Talcott Parsons em *A Estrutura da Ação Social* (1937). Parsons não era o primeiro teórico norte-americano a chamar atenção para a desintegração intelectual da sociologia (Turner e Turner, 1990: 71ff), mas não há como negar a genialidade de sua solução. Parsons expurgou a história da sociologia reconhecendo o colapso da pauta comteana. Ele tomou o problema empírico da sociologia pós-crise, diferença e desordem na metrópole, e fez dela o centro teórico da disciplina (o “problema hobbesiano da ordem”). O trabalho tardio de Parsons, estabelecendo a ideia de um “sistema social”, forneceu um

método de pensar a sociedade da metrópole como uma unidade circunscrita em si mesma. Mas sua reconstrução da “emergência” de um modelo de ação social na lógica teórica de Marshall, Pareto, Weber e Durkheim era lido compreensivelmente como uma narrativa de origem e sua história criou normas para a disciplina (Camic, 1989).

Uma visão canônica ainda precisava ser estabelecida contra outras narrativas da sociologia. A visão de Parsons, entretanto, adquiriu poderosos aliados. Em seu amplamente lido *A Imaginação Sociológica*, C. Wright Mills (1959) construiu uma imagem composta do “analista social clássico”, a qual foi sustentada como um modelo de como a sociologia deveria ser feita. A “sociologia clássica”, para Mills, era um estilo de trabalho mais do que um período – embora ele transmitia um sentido definido que era mais praticado no passado e incluía Marx, Weber e Durkheim entre seus exemplos. Uma visão canônica também foi reforçada pelos teóricos desejosos de estabelecer uma questão particular como significativa. Por exemplo, a descrição de Merton (1940) sobre anomia ajudou a estabelecer Durkheim como clássico.

A tradução para o inglês dos principais textos europeus incorporados dentro do cânone foi efetuada entre 1930 e 1950 e a literatura de comentário apareceu. Levine (1995: 63) apropriadamente observou sobre as décadas de 1960 e 1970 que “as traduções livres, edições e análises secundárias dos autores clássicos se tornaram um negócio de rápido crescimento dentro da sociologia”. A leitura amplamente difundida de Bendix, *Max Weber: An Intellectual Portrait*, foi editada em 1960. *Functions of Social Conflict* (1956), de Coser, foi em grande parte um comentário sobre Simmel. O interesse norte-americano ajudou mesmo a criar um *revival* de Weber na sociologia alemã “depois de um período de desatenção a seu passado clássico”, como Lüschen (1994: 11) habilmente postulou. Sociólogos alemães mantiveram uma celebração de Weber em sua conferência nacional em 1964.

Platt (1995), em um estudo brilhante da recepção norte-americana de Durkheim, observou corretamente a complexidade de influência atrás da escolha dos pais fundadores: ampla circunstância histórica, empreendedores acadêmicos particulares ou departamentos, afinidade com as tendências correntes na profissão. Esses fatores parecem ter trabalhado para Weber e Durkheim, mas contra outro candidato, Pareto. Embora Pareto fosse ainda mais elegível como um teórico sistemático, sua ironia e pessimismo eram talvez obstrutivos demais para seus textos funcionarem como alicerce para a disciplina revivida.

As mudanças eram mais dramáticas no caso do Marx. Para Parsons em *A Estrutura da Ação Social*, ele era parte do cenário – essencialmente um utilitário

de menor importância. Alguns dos compêndios americanos de sociologia nos anos de 1940 e 1950 progrediam sem nenhuma atenção a Marx. Mas o marxismo permaneceu uma força na cultura global. Ele se tornou, por exemplo, a influência-chave nas políticas africanas nas décadas de descolonização. Uma sociologia americana progressista neste tempo encontraria um importante recurso aqui. No melhor estilo de construir clássicos, Mills editou uma coleção de textos marxistas, com comentários, em 1962.

Entretanto, Marx não se tornou um pai fundador da sociologia de pleno direito até a expansão da disciplina nos anos 1960 e a radicalização dos estudantes universitários metropolitanos. A “sociologia radical” proposta pelo movimento de estudantes dos Estados Unidos centrou em Marx e nos marxistas (Horowitz, 1971) e a sociologia acadêmica respondeu. Em 1965, o encontro anual da Associação Americana de Sociologia incluiu uma sessão de plenária chamada “Reavaliação de Karl Marx”. Marx então assumiu um lugar mais proeminente nas descrições da história da teoria sociológica (Bottomore e Nisbet, 1978) e apareceu mais frequentemente nos compêndios para graduandos. Uma literatura sociológica de comentário sobre Marx se multiplicou.

A trindade de Marx, Durkheim e Weber foi então um desenvolvimento tardio na construção do cânone. Durkheim e Weber foram os sobreviventes do empreendimento de construir cânones da geração de Parsons; Marx foi inserido na próxima geração e outros candidatos caíram à margem. O trio apareceu no papel de pais fundadores nos compêndios elementares nos anos de 1970 (Cf. McGee, 1977). Na sociologia teórica, um esforço considerável de interpretação então tentou fazer do grupo Marx-Durkheim-Weber, criadores da teoria da modernidade (Cf. Giddens, 1971; Alexander, 1982, 1983).

Na maioria dos outros países que poderiam se permitir a ter uma sociologia, a disciplina foi criada ou refeita na década de 1950 e 1960 em bases de técnicas de pesquisa, problemas de pesquisa e linguagens teóricas, sem mencionar compêndios e instrutores importados dos Estados Unidos. (Por exemplo, Japão: Tominaga, 1994; Austrália: Baldock e Lally, 1974; Escandinávia: Allardt, 1994). Com a disciplina reconstruída surgia a reconstrução de sua história de fundação. Assim, o mundo sociológico chegou à situação descrita nos parágrafos de abertura deste texto.

## Reflexão

Argumentei que o cânone clássico da sociologia foi criado, principalmente nos Estados Unidos, como parte de um esforço de reconstrução depois do

colapso do primeiro projeto de sociologia euro-americano; que a nova história fundadora substituiu a original e muitas descrições diferentes da construção da sociologia; e que todo este curso de eventos pode apenas ser entendido no cenário da história global, especialmente na história do imperialismo.

Em um sentido isso não importa, as escolhas dos clássicos eleitos retrospectivamente têm pouco a ver com os impulsos criativos da sociologia recente. Mas o poder simbólico da “sociologia clássica” permanece e gera imagens distorcidas da história da sociologia e do escopo e valor da sociologia. A lista de “ideias-unitárias da sociologia” de Nisbet (1967) (comunidade, autoridade, status, o sagrado, alienação) foi uma caricatura da história, mas tinha alguma plausibilidade como um mapa do território estreito fixado depois que a construção do cânone foi deixada completamente suspensa. Acima de tudo, a história internalista direciona a atenção sociológica para fora das análises do mundo social originárias em intelectuais de além da metrópole.

Melhores conexões têm sido feitas. Como Burke (1980) mostra, no mesmo período que Durkheim e seus colegas estavam construindo o olhar imperial dentro de sua sociologia, outros cientistas sociais franceses empreenderam com intelectuais do mundo islâmico diálogo sobre modernidade, colonialismo e cultura. Na mesma geração, Du Bois mudou o foco sobre as relações raciais dentro dos Estados Unidos para uma perspectiva fortemente internacionalista, com atenção particular para a África. Na primeira metade do século vinte, intelectuais negros africanos como Sol Plaatje e Jomo Kenyatta dialogaram com a metrópole por meio das ciências sociais, assim como das lutas políticas. O *mainstream* da sociologia metropolitana fez pouco uso destes contatos, mas essa outra história também é real e hoje precisamos construir a partir dela.

## Referências

- ALEXANDER, Jeffrey C. *Theoretical Logic in Sociology*, Vols. 2-3. Berkeley, University of California Press, 1987.
- ALEXANDER, Jeffrey C. The centrality of the classics. In: GIDDENS, Anthony e Turner, Jonathan H. (orgs.). *Social Theory Today*. Cambridge, Polity Press, 1987, pp. 11–57.
- ALTHUSSER, Louis e BALIBAR, Etienne. *Regarding Capital*. Londres, New Left Books, 1970.
- BAEHR, Peter. *Founders, Classics, Canons: Modern Disputes over the Origins and Appraisal of Sociology's Heritage*. New Brunswick, Transaction, 2002.

- BALDOCK, Cora V. and Lally, Jim. *Sociology in Australia and New Zealand: Theory and Methods*. Contributions in Sociology, n. 16. Westport, CN, Greenwood Press, 1974
- BAKUNIN, Mikhail. Statism and anarchy. In: DOLGOFF, Sam. (org.). *Bakunin on Anarchy*. Londres, Allen & Unwin, 1973 [1873], pp. 325-50.
- BANNISTER, Robert. *Sociology and Scientism: The American Quest for Objectivity, 1880-1940*. Chapel Hill, University of North Carolina Press, 1987.
- BELLAMY, Richard. *Modern Italian Social Theory*. Cambridge, Polity Press, 1987.
- BENDIX, Reinhard. *Max Weber: An Intellectual Portrait*. Nova York, Doubleday, 1960.
- BENNOUNE, Mahfoud. *The Making of Contemporary Algeria, 1830-1987*. Cambridge, Cambridge University Press, 1988.
- BERNARD, L. L. *Origins of American Sociology: The Social Science Movement in the United States*. New York, Russel & Russel, 1965 (1943).
- BESNARD, Philippe. *The Sociological Domain: The Durkheimians and the Founding of French Sociology*. Cambridge, Cambridge University Press, 1983.
- BOTTOMORE, Tom. *Sociology: A Guide to Problems and Literature*, 3a. ed. Londres, Allen & Unwin, 1987.
- BOTTOMORE, Tom e NISBET, Robert. *A History of Sociological Analysis*. Londres, Heinemann, 1978.
- BRANDFORD, Victor. The founders of sociology. *American Journal of Sociology*, v. 10, n. 1, 1904, pp. 94-196.
- BUKHARIN, Nikolai. *Historical Materialism: A system of Sociology*. Nova York, Russel & Russel, 1965 [1925].
- BURKE, Edmund. The French tradition of the sociology of Islam. In: Kerr, Malcolm (org.). *Islamic Studies*. Santa Monica, CA, Udena University Press, 1980, pp. 73-88.
- BURROW, J.W. *Evolution and Society: A Study in Victorian Social Theory*. Cambridge, Cambridge University Press, 1966.
- CAIN, P.J. e Hopkins, A.G. *British Imperialism: Innovation and Expansion, 1688-1914*. Nova York, Longman, 1993.
- CAMIC, Charles. Structure after 50 years: The anatomy of a charter. *American Journal of Sociology*, v. 95, n. 1, 1989, pp. 38-107.
- CHATTERJEE, Bankimchandra. Sociological Essays: Utilitarianism and Positivism. In: BENGAL, Mukherjee, S. N. e MADDERN, Marian (trad. e org.). Calcutta, Rddhi-India, 1986.
- CLARK, Terry Nichols. *Prophets and Patrons: The French University and the Emergence of the Social Sciences*. Cambridge, MA, Harvard University Press, 1973.
- COSER, Lewis A. *The functions of Social Conflict*. Glencoe, IL, The Free Press, 1956.
- CROZIER, John B. *Sociology Applied to Practical Politics*. Londres, Longmans Green, 1911.

- DEEGAN, Mary Jo. *Jane Adams and the Men of the Chicago School, 1892-1918*. New Brunswick, Transaction, 1988.
- DESMOND, Adrian e MOORE, James. *Darwin*. Londres, Penguin, 1992.
- DOLLARD, John. *Caste and Class in a Southern Town*. New Haven, Yale University Press, 1937.
- DU BOIS, W. E. B. The problem of the twentieth century is the problem of the color line. In: *On Sociology and the Black Community*. Chicago, University of Chicago Press, 1978 [1950], pp. 281-9.
- DU BOIS, W. E. B. *Autobiography*. Nova York, Internacional Publishers, 1968.
- DUNCAN, David. *The Life and Letters of Herbert Spencer*. Londres, Methuen, 1908.
- DURKHEIM, Émile. *The Division of Labor in Society*. New York: Free Press, 1964 [1893].  
 ———. *The Rules of Sociological Method*. Glencoe, IL, The Free Press, 1964 [1895].  
 ———. *The Elementary Forms of the Religious Life*. Londres, Allen & Unwin, 1976 [1912].  
 ———. (org.). *L'Année sociologique*. Paris, v. 1-12, Alcan, 1898-1913.
- FAIRBANKS, Arthur. *Introduction to Sociology*, 7a. ed. Nova York, Scribner, 1901 (1896).
- GIDDENS, Anthony. *Capitalism and Modern Social Theory*. Cambridge, Cambridge University Press, 1971.
- GIDDINGS, Franklin Henry. *The Principles of Sociology*. Nova York, Macmillan, 1986.  
 ———. *Readings in Descriptive and Historical Sociology*. Nova York, Macmillan, 1906.
- GRIEDER, Jerome. *Intellectuals and the State in Modern China: A Narrative History*. Nova York, Free Pres, 1981.
- GUHA, Ranajit. Dominance without hegemony and its historiography. *Subaltern Studies*, n. 6, 1989, pp. 201-309.
- HILLER, E. T. *Principles of Sociology*. Nova York, Harper & Bros, 1933.
- HINKLE, Roscoe C. *Developments in American Sociological Theory, 1915-1950*. Albany State, State of New York Press, 1994.
- HOBHOUSE, L. T. *Liberalism*. Londres, Williams & Norgate, 1911.  
 ———. *The World in Conflict*. Londres, Fisher Unwin, 1915.
- HOBHOUSE, L. T, Wheeler, G. C e GINSBERG, M. *The Material Culture and Social Institutions of the Simpler Peoples*. Londres, Chapman & Hall, 1915.
- HOECKER-DRYSTALE, Susan. *Harriet Martineau: First Woman Sociologist*. Nova York, St Martin's Press, 1992.
- HOROWITZ, David. (org.). *Radical Sociology: An Introduction*. San Francisco, Canfield, 1971.
- KIDD, Benjamin. *Social Evolution*. 3a. ed. Londres, Macmillan, 1898 [1894].

- KIERNAN, Victor.G. *The Lords of Human Kind: Black Man, Yellow Man, and White Man in an Age of Empire*. Boston, Little, Brown, 1969.
- LEVINE, Donald N. *Visions of the Sociological Tradition*. Chicago, University of Chicago Press, 1995
- LEPENIES, Wolf. *Between Literature and Science: The Rise of Sociology*. Cambridge, Cambridge University Press, 1988.
- LETOURNEAU, Charles. *Sociology, based upon Ethnography*. Londres, Chapman & Hall, 1881
- LIEBERSOHN, Harry. *Fate and Utopia in German Sociology, 1870-1923*. Cambridge, MA, MIT Press, 1988.
- LÜSCHEN, Günther. 25 years of German sociology after World War II: Institutionalization and theory. *Soziologie*, n. 3, 1994, pp. 511-32.
- MACDONALD, Robert H. *The Language of Empire: Myths and Metaphors of Popular Imperialism, 1880-1918*. Manchester, Manchester University Press, 1994.
- MACIVER, Robert. M. *Society*. Nova York, Farrar & Rinehart, 1937.
- MCGEE, Reece. *Sociology*. Hinsdale, Dryden Press, 1977.
- MANNHEIM, Karl. *Man and Society in an Age of Reconstruction*. Londres, Routledge & Kegan Paul, 1940 (1935).
- MERTON, Robert K. *Social Theory and Social Structure*, 2a. ed. Glencoe, IL, The Free Press, 1957 [1949].
- MILL, John Stuart. *A System of Logic*. Londres, Longmans Green, 1891 [1843].
- MILLS, C. Wright. *The Sociological Imagination*. Nova York, Oxford University Press, 1959.
- MORGAN, J. Graham. Courses and texts in sociology. *Journal of the History of sociology*, v. 5, n. 1, 1983, pp. 42-65.
- NISBET, Robert. *The Sociological Tradition*. Londres, Heinemann, 1967.
- PARETO, Vilfredo. *The Mind and Society: A Treatise on General Sociology*. Nova York, Harcourt Brace, 1935 (1916).
- PARK, Robert E. e BURGESS, Ernest W. *Introduction to the Science of Sociology*. Chicago: University of Chicago Press, 1924 (1921).
- PARSONS, Talcott. *The Structure of Social Action: A Study in Social Theory with Special Reference to a Group of Recent European Writers*. Nova York, McGraw-Hill, 1937.
- PAXTON, Nancy L. *George Eliot and Herbert Spencer: Feminism, Evolutionism, and the Reconstruction of Gender*. Princeton, Princeton University Press, 1991.
- PLATT, Jennifer. The United States reception of Durkheim's The Rules of Sociological Method. *Sociological Perspectives*, n. 38, 1995, pp. 77-105.
- REUTER, E. B. e HART, C. W. *Introduction to Sociology*. Nova York, McGraw-Hill, 1933.

- ROSS, Dorothy. *The Origins of American Social Science*. Cambridge, Cambridge University Press, 1991.
- SAID, Edward W. *Culture and Imperialism*. New York, Vintage, 1993.
- SCHUTZ, Alfred. *The Phenomenology of the Social World*. Londres, Heinemann, 1972 (1932).
- SEIDMAN, Steven. *Contested Knowledge: Social Theory in the Postmodern Era*. Cambridge, MA: Blackwell, 1994.
- SINHA, Mrinalini. *Colonial Masculinity*. Manchester: Manchester University Press, 1995.
- SMITH, Thomas. V. e WHITE, Leonard D. *Chicago: An Experiment in Social Science Research*. Chicago, University of Chicago Press, 1929.
- SOROKIN, Pitirim A. *Contemporary Sociological Theories*. Nova York, Harper Bros, 1928.
- SPENCER, Herbert. *Social Statics*. Nova York, Robert Schalkenbach Foundation, 1954 (1850).
- . *The Study of Sociology*. 13a. ed. Londres, Kegan Paul, Trench, 1887 [1873].
- SPLENGER, Oswald. *The Decline of the West*. Londres, Allen & Unwin, 1932.
- STIEBING, William H. *Uncovering the Past: A History of Archaeology*. Buffalo, Prometheus Books, 1993.
- SUMNER, William G. *Folkways: A Study of the Sociological Importance of Usages, Manners, Customs, Mores, and Morals*. Boston, Ginn, 1934 [1906].
- SUN, Yat-sen. *San Min Chu I: The Three Principles of the People*. Chen, L. T (org.). Nova York, Da Capo Press, 1975 [1927].
- SWINGWOOD, Alan. A. *Short History of Sociological Thought*, 3a. ed. Basingstoke, Palgrave, 2000.
- THERBORN, Göran. *Science, Class and Society*. Londres, New Left Books, 1976.
- TODD, Arthur James. *Theories of Social Progress: A Critical Study of the Attempts to Formulate the Conditions of Human Advance*. Nova York, Macmillan, 1918.
- TOMINAGA, Ken'ichi. European sociology and the modernization of Japan. In: NEDELMANN, Birgitta e SZTOMPKA, Piotr (orgs.). *Sociology in Europe*. Berlin, Walter de Gruyter, 1994, pp. 191-212.
- TURNER, Stephen P. e TURNER, Jonathan H. *The Impossible Science: An Institutional analysis of American Sociology*. Newbury Park, Sage, 1990.
- TYLOR, Edward B. *Primitive Culture: Researches into the Development of Mythology, Philosophy, Religion, Language, Art, and Custom*. 2a. ed. Londres, Murray, 1873.
- WARD, Lester F. *Dynamic Sociology, or Applied Social Science as Based upon Statical Sociology and the Less Complex Sciences*, 2a. ed. Nova York, Appleton, 1897.
- . *Pure Sociology*. Nova York, Macmillan, 1903.

WEBER, Max. Developmental tendencies in the situation of East Elbian rural labourers.

In: TRIBE, Keith (org.). *Reading Weber*. Londres, Routledge, 1989 (1894), pp. 158–87.

YEO, Eileen Janes. *The Contest for Social Science: Relations and Representations of Gender and Class*. Londres, Rivers Oram Press, 1996.

Recebido em: 15/06/2012

Aceito em: 10/08/2012

**Como citar este artigo:**

CONNELL, Raewyn. O Império e a Criação de Uma Ciência Social. *Contemporânea – Revista de Sociologia da UFSCar*. São Carlos, v. 2, n. 2, jul-dez 2012, pp. 309-336.